

...continuação

EDP Transmissão SP-MG S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

A movimentação no exercício é a seguinte:

	Valor líquido em 31/12/2022	Adições (Notas 19 e 20)	Remuneração (Nota 19)	Faturamento de RAP (Nota 6)	Margem na construção (Nota 19)	Reajuste tarifário (Nota 4.2)	Outros (Nota 19)	Valor líquido em 31/12/2023
Ativos da concessão	2.607.290	11.538	294.565	(238.375)	909	5.690	1.268	2.682.885
Total	2.607.290	11.538	294.565	(238.375)	909	5.690	1.268	2.682.885
Circulante	243.225							244.460
Não circulante	2.364.065							2.438.425

O saldo de R\$2.682.885 em 31 de dezembro de 2023 (R\$2.607.290 em 31 de dezembro de 2022) representa a conclusão de 99,00% do investimento previsto para o projeto (98,00% em 31 de dezembro de 2022), acrescido de Margem de Construção, Remuneração e PIS/COFINS).

11 Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar - Passivo

	Nota	Circulante 31/12/2023	Circulante 31/12/2022	Não circulante 31/12/2023	Não circulante 31/12/2022
Outros créditos - Ativo					
Adiantamentos		7	20		
Ressarcimento de custos - CDE		1.597	1.382		
Despesas pagas antecipadamente		3	216		6
Outros		125	324		
Total		1.732	1.942	-	6
Outras contas a pagar - Passivo					
Folha de pagamento			24	56	263
Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas	9				294
Arrendamentos e aluguéis			152	159	710
Encargos setoriais	11.2		573	727	1.153
Obrigações Sociais e Trabalhistas	11.1		368	686	277
Outros				10	
Total		1.117	1.638	2.309	1.436

11.1 Obrigações sociais e trabalhistas

Referem-se aos montantes de provisão e gratificação de férias, provisão de participação nos lucros e resultados e seus respectivos INSS e FGTS.

11.2 Encargos setoriais

As obrigações a recolher, derivadas de encargos estabelecidos pela legislação do setor elétrico, são as seguintes:

	Saldo em 31/12/2022	Adições	Atualizações monetárias	Pagamentos	Saldo em 31/12/2023
Pesquisa e desenvolvimento (P&D)	912	2.752	105	(2.137)	1.632
Outros encargos	92	1.133		(1.131)	94
Total	1.004	3.885	105	(3.268)	1.726
Circulante	727				573
Não circulante	277				1.153

15 Debêntures

15.1 Composição do saldo de Debêntures

Agente Fiduciário	Tipo de emissão	Quantidade de títulos	Valor unitário	Valor total	Data da emissão	Vigência do contrato	Finalidade	Custo da dívida	Forma de pagamento	Garantias	31/12/2023				31/12/22			
											Encargos	Principal	Não circulante	Total	Encargos	Principal	Não circulante	Total
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Instrução CVM nº 160/22	800.000	1	800.000	2ª emissão em 15/07/2019	15/07/2019 a 15/07/2039	Implementação do projeto de linha de transmissão e subestação do lote 18 do leilão 05/2016-ANEEL	IPCA + 4,45% a.a.	Principal semestral a partir de julho/2022 e juros semestral	a. Fiança Corporativa da EDP - Energias do Brasil	27.089	49.872	1.055.501	1.132.462	26.019	60.841	1.025.714	1.112.574
(-) Custos de emissão		(56.278)		(56.278)		15/07/2019 a 15/07/2039			Amortização mensal				(4.188)	(32.918)		(4.247)	(37.138)	(41.385)
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Instrução CVM nº 160/22	525.000	1	525.000	3ª emissão em 05/11/2021	05/11/2021 a 05/11/2023	Implementação do projeto de linha de transmissão e subestação do lote 18 do leilão 05/2016-ANEEL	CDI + 1,10% a.a.	Principal no final e juros semestral	a. Fiança Corporativa da EDP - Energias do Brasil	-	11.088	525.000			525.000		536.088
(-) Custos de emissão		(1.266)		(1.266)		05/11/2021 a 05/11/2023			Amortização mensal							(558)		(558)
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Instrução CVM nº 160/22	525.000	1	525.000	4ª emissão em 15/11/2023	15/11/2023 a 15/11/2038	Refinanciamento do Funding de aquisição	IPCA + 6,3500% a.a.	Principal e juros semestral	Fiança Corporativa, Penhor de Ações e Cessão Fiduciária dos Direitos Creditórios do Contrato de Concessão	3.439	10.500	515.465	529.404				-
(-) Custos de emissão		(23.488)		(23.488)		15/11/2023 a 15/11/2038			Amortização mensal			(2.280)	(20.890)	(23.170)				-
Total											30.528	53.904	1.517.158	1.601.590	37.107	581.036	988.576	1.606.719

As debêntures são demonstradas pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Os pagamentos de juros das dívidas estão sendo apresentados como atividade financeiro na demonstração de fluxo de caixa.

O valor total referente às garantias das debêntures mencionadas acima é de R\$1.661.866 em 31 de dezembro de 2023 (R\$1.648.662 em 31 de dezembro de 2022).

15.2 Movimentação das debêntures

	Valor líquido em 31/12/2022	Ingressos	Juros provisionados	Pagamentos	Transfe- rências	Amortização do custo de transação	Variação monetária e cambial	Valor líquido em 31/12/2023
Circulante								
Principal	585.841			(555.778)	(20.252)		50.561	60.372
Juros	37.107		124.254	(130.833)				30.528
Custo de transação	(4.805)			(6.819)	5.156		(6.468)	
Total	618.143	-	124.254	(686.611)	(27.071)	5.156	50.561	84.432
Não circulante								
Principal	1.025.714	525.000			20.252			1.570.966
Custo de transação	(37.138)	(23.489)			6.819			(53.808)
Total	988.576	501.511	-	-	27.071	-	-	1.517.158

15.3 Vencimento das parcelas

Vencimento	Total
Circulante	
2024	84.432
Total	84.432
Não circulante	
2025	53.575
2026	60.821
2027	64.246
2028	72.703
2029	85.308
2030 até 2039	1.180.505
Total	1.517.158

As emissões realizadas pela Companhia não são conversíveis em ação e foram emitidas de acordo com a Instrução CVM nº 160/22, ou seja, referem-se a ofertas públicas distribuídas com esforços restritos.

As principais cláusulas prevendo a rescisão do contrato estão descritas abaixo, enquanto que a totalidade das cláusulas podem ser consultadas no prospecto ou na escritura da emissão:

• Para todas as emissões:

(i) Liquidação, dissolução, decretação de falência ou pedido de falência da Companhia ou da interveniente garantidora, exceto se em decorrência de uma operação societária; e

(ii) Manutenção de Dívida Líquida por EBITDA igual ou inferior a 3,5 vezes da EDP - Energias do Brasil, apurado anualmente em dezembro.

• Específicas para a 2ª emissão:

(i) Pedido de recuperação judicial, extrajudicial, e aut falência da Companhia ou da interveniente garantidora, não contestado no prazo legal;

(ii) Vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária da Companhia e/ou da interveniente garantidora cujo valor, individual ou agregado, seja superior a R\$75.000; e

(iii) Inadimplemento pela Companhia e/ou pela interveniente garantidora cujo valor, individual ou agregado, seja superior a R\$75.000.

• Específicas para a 4ª emissão:

(i) Vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária da Companhia e/ou da Garantidora de um ou mais instrumentos financeiros (incluindo, mas sem limitação, aqueles decorrentes de operações nos mercados financeiro e/ou de capitais local ou internacional), cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$95.000 , ou seu equivalente em outras moedas;

16 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

16.1 Composição do saldo de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

Os empréstimos são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva.

	Valor contratado	Data da contratação	Valor liberado	Vigência do contrato	Finalidade	Custo da dívida	Forma de pagamento	31/12/2023			31/12/2022		
								Encargos	Principal	Total	Encargos	Principal	Total
Moeda nacional								Não circulante	Não circulante	Total	Não circulante	Não circulante	Total
EDP - Energias do Brasil	150.000	04/11/2022	150.000	04/11/2022 a 21/11/2026	Contratos de Mútuo	100,3% CDI	Principal no final e juros semestrais	5.458	150.000	155.458	5.563	150.000	155.563
Total								5.458	150.000	155.458	5.563	150.000	155.563

Não há cláusulas de *covenants* para os empréstimos mencionados acima.

Não há garantias para os empréstimos mencionados acima.

Os pagamentos de juros das dívidas estão sendo apresentados como atividade financeiro na demonstração de fluxo de caixa.

16.2 Movimentação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

	Valor líquido em 31/12/2022	Transferência	Pagamentos	Juros provisionados	Valor líquido em 31/12/2023
Circulante					
Empréstimos e financiamentos					
Juros	-	17.981	(19.734)	1.753	-
Total	-	17.981	(19.734)	1.753	-
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos					
Principal	150.000				150.000
Juros	5.563	(17.981)		17.876	5.458
Total	155.563	(17.981)	-	17.876	155.458
16.3 Vencimento das parcelas					
Vencimento					Total
Não circulante					
2026					155.458
Total					155.458

17 Provisões

	Provisões				Depósitos vinculados	
	Passivo				Ativo	
	Circulante		Não circulante		Não circulante	
	Nota	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2023	31/12/2022
Provisões cíveis	17.1	51.812	47.084	51.812	31.604	32.763
Licenças ambientais	17.2	5.629	16.161	4.466	49	
Total		5.629	16.161	56.278	47.133	31.604

As provisões são reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

17.1 Provisões cíveis

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante diversos tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações.

As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Administração para o desembolso que seria exigido para liquidá-las na data das demonstrações financeiras. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente com o auxílio dos assessores jurídicos da Companhia.

17.1.1 Risco de perda provável

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

	Passivo				Ativo	
	Saldo em 31/12/2022	Constituição	Pagamentos	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2023	Depósito judicial
	Nota	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2023	31/12/2023	31/12/2022
Cíveis	17.1.1.1	47.075	2.751	6.826	51.803	28.394
Outros		9			9	
Total Não circulante		47.084	2.751	6.826	51.812	28.394

12 Parcela de ajuste

O saldo em 31 de dezembro de 2023 de R\$4.850 (R\$3.015 em 31 de dezembro de 2022) Circulante e R\$11.712 (R\$5.696 em 31 de dezembro de 2022) Não circulante, refere-se à estimativa da Parcela de Ajuste - PA correspondente ao ciclo 2022/2023, a qual reflete as diferenças entre os duodécimos da RAP, estabelecida pela ANEEL, e os valores dos Avisos de Crédito - AVC, emitidos pelo ONS. A PA é calculada pela ANEEL ao final do ciclo corrente e aplicada no próximos doze meses, sendo o valor homologado juntamente com o novo valor de receita da Companhia, após o processo de RTA ou RTP, conforme data definida em contrato de concessão (Nota 4.2).

13 Fornecedores

	Circulante 31/12/2023	Circulante 31/12/2022
Materiais e serviços	24.714	1.993
Total	24.714	1.993

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, quando aplicável.

13.1 Materiais e serviços

Do montante de R\$24.714, R\$23.488 refere-se aos serviços financeiros com emissão das debêntures, cuja previsão de pagamento é no início do exercício de 2024.

14 Dividendos

Os dividendos e os Juros sobre o capital próprio - JSCP são reconhecidos como passivo nas seguintes ocasiões: (i) JSCP imputados aos dividendos: quando aprovados pelo Conselho de Administração; (ii) dividendos mínimos obrigatórios: quando do encerramento do exercício, conforme previsto no estatuto social da Companhia, eventualmente deduzidos do JSCP já declarados no exercício; (iii) dividendos adicionais: quando da sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária - AGO; e (iv) dividendos intermediários e de exercícios anteriores: quando da aprovação pelo Conselho de Administração ou Assembleia Geral.

Os créditos de juros sobre o capital próprio são inicialmente registrados em despesas financeiras para fins fiscais e, concomitantemente, revertidos dessa mesma rubrica em contrapartida do patrimônio líquido. A redução dos tributos por eles gerados é reconhecida no resultado do exercício quando do seu crédito.

Dividendos

Foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária - AGO, realizada em 28 de abril de 2023, a destinação do lucro líquido referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 no valor de R\$148.115 da seguinte forma: (i) R\$20.198 como dividendos; (ii) R\$19.801 como JSCP, sendo R\$16.831 líquido de imposto de renda; e (iii) R\$108.116 como reserva de lucros a realizar. Os dividendos e JSCP foram pagos ao acionista integralmente em 14 de agosto de 2023 e 23 de agosto de 2023, respectivamente.

JSCP

Em RCA - Reunião do Conselho de Administração, realizada em 22 de dezembro de 2023, foi aprovada a constituição de JSCP relativo ao exercício de 2023, no montante de R\$28.231, sendo R\$23.996 líquido de imposto de renda.

Segue abaixo a movimentação do saldo de dividendos no exercício:

	31/12/2022	JSCP	Pagamentos	31/12/2023
EDP - Energias do Brasil	37.029	23.996	(37.029)	23.996
Total dividendos passivo	37.029	23.996	(37.029)	23.996

da a + a.	Forma de pagamento	Garantias	31/12/2023				31/12/22			
			Encargos	Principal			Encargos	Principal		
			Circulante	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Circulante	Não circulante	Total
	Principal semestral a partir de julho/2022 e juros semestral	a. Fiança Corporativa da EDP - Energias do Brasil	27.089	49.872	1.055.501	1.132.462	26.019	60.841	1.025.714	1.112.574
	Amortização mensal			(4.188)	(32.918)	(37.106)		(4.247)	(37.138)	(41.385)
l + a.	Principal no final e juros semestral	a. Fiança Corporativa da EDP - Energias do Brasil				-	11.088	525.000		536.088
	Amortização mensal					-		(558)		(558)
A + a.	Principal e juros semestral	Fiança Corporativa, Penhor de Ações e Cessão Fiduciária dos Direitos Creditórios do Contrato de Concessão	3.439	10.500	515.465	529.404				-
	Amortização mensal			(2.280)	(20.890)	(23.170)				-
			30.528	53.904	1.517.158	1.601.590	37.107	581.036	988.576	1.606.719
do o método da taxa de juros efetiva.										

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Lucro a ser destinado			
Lucro líquido apurado no exercício		88.666	148.115
		88.666	148.115
Destinação do lucro			
Dividendos intermediários - JSCP	14	28.231	19.801
Dividendos complementares	14		20.198
Reserva de lucros		60.435	108.116
		88.666	148.115
18.3 Reservas de lucros			
Reservas de lucros			
Legal	18.2	6.600	6.600
Retenção de lucros	18.2	420.153	359.718
		426.753	366.318

19 Receita
As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que: (i) os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador; (ii) for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade; (iii) os custos associados possam ser estimados de maneira confiável; e (iv) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.
As receitas da Companhia representam a alocação da RAP determinada no contrato de concessão. São mensuradas conforme as obrigações de desempenho identificadas no contrato com o cliente, sendo os principais critérios de reconhecimento e mensuração apresentados a seguir:

• **Receita de construção da Infraestrutura de construção**
A receita de construção é reconhecida como uma obrigação de desempenho que é atendida pela construção da linha de transmissão e seus ativos associados. O reconhecimento da receita de construção está diretamente associado às adições ao ativo contratual conforme os gastos incorridos (método de insumo). A formação da receita de construção resulta da alocação das horas trabalhadas pelas equipes técnicas, dos materiais utilizados, da medição da prestação de serviços terceirizados e outros custos diretamente alocados. O registro contábil dessa receita é efetuado em contrapartida aos Ativos da concessão, acrescido de margem na construção e de PIS e COFINS.
A margem da obrigação de performance de construção e melhoria para a formação desta receita é uma estimativa contábil, sendo que em 31 de dezembro de 2023 é de 7,88% (7,88% em 31 de dezembro de 2022) sobre o custo real incorrido de construção no resultado.
A referida margem é estimada pela Companhia levando-se em consideração o orçamento de custos de construção projetado pela Companhia e suas possíveis eficiências, considerando o prazo regulatório para entrega da obra. Eventuais receitas decorrentes de antecipação de término da Linha de Transmissão são reconhecidas no resultado do exercício da efetiva antecipação comercial autorizada pela ANEEL.
Conforme o modelo praticado pela Companhia, a margem de construção é um componente de criação de valor, representa o valor presente do serviço de construção da infraestrutura da concessão e, juntamente com a margem de O&M e a taxa de remuneração do contrato (taxa implícita), contribui para zerar o valor presente do fluxo de caixa projetado de investimentos e recebimentos de RAP ao longo de todo o prazo da concessão.

• **Receita de Operação e Manutenção (O&M)**
A receita de O&M é reconhecida mensalmente, a partir da data em que a Companhia está autorizada a operar comercialmente, como uma obrigação de desempenho que é atendida pela operação e manutenção da linha de transmissão. Esta receita é calculada com base nos montantes de custos previstos para atendimento ao contrato de concessão, acrescidos de margem.
A margem da obrigação de performance de O&M para a formação desta receita é uma estimativa contábil, sendo que em 31 de dezembro de 2023 é de 120% (120% em 31 de dezembro de 2022).
Conforme o modelo de negócios praticado pela Companhia, a faixa de *mark up* para precificação deve variar de acordo com a rentabilidade do projeto alcançada no leilão de concessão. Esta faixa é baseada em estudos regulatórios internos de precificação, referências setoriais em operação e manutenção, e experiências anteriores em projetos de transmissão. A receita de O&M é ajustada mensalmente com o resultado da RAP efetivamente permitida para cobrança pelo ONS.
• **Remuneração dos Ativos da concessão**
O contrato de concessão possui um componente de financiamento significativo, uma vez que o prazo de recebimento pela construção da infraestrutura é de longo prazo (30 anos). Dessa forma, conforme requerido pelo CPC 47, a remuneração dos ativos da concessão é calculada com base na taxa média de financiamento do projeto no momento da formalização do contrato de concessão com o Poder Concedente sobre o saldo do Ativos da Concessão. O ofício-circular SEP nº 01/2020 orienta que a remuneração contratual deve ser feita pela taxa implícita remanescente do ativo, após a alocação das margens de construção e O&M da concessão. No entanto, ainda conforme a orientação, a taxa deve ficar próxima ao padrão de mercado de financiamento. A taxa de remuneração dos Ativos da Concessão da Companhia representa 11,73% a.a. para todo o período de Concessão e é baseada em estudos internos e em seu próprio modelo de negócios. Nesse sentido, conforme o julgamento da Companhia, a taxa residual deve representar um ponto entre o custo médio ponderado do capital e a taxa de contratação de dívida, ambos valores nominais e antes dos impostos.
As eventuais alterações no custo médio ponderado de capital promovidos pela ANEEL nos processos de Reajuste ou Revisão Tarifária, com respectivo impacto na RAP, terão seus efeitos apropriados no resultado do exercício em que a modificação tarifária for homologada pelo órgão regulador.

	Nota	2023	2022
Receita de construção da Infraestrutura da Concessão	10 e 19.1	13.715	119.506
Remuneração dos Ativos da concessão	10	294.565	274.058
Receita de Operação e Manutenção (O&M)	10	69.087	50.544
Parcela Variável - IPCA	10	75.608	112.562
Receita operacional bruta		452.975	556.670
(-) Deduções à receita operacional			
Tributos sobre a receita		(37.151)	(52.329)
PIS/COFINS diferidos		(37.151)	(52.329)
Encargos do consumidor			
P&D		(2.752)	(2.015)
Outros encargos		(1.133)	(561)
		(3.885)	(2.576)
		(41.036)	(54.905)
Receita		411.939	501.765

19.1 Receita de construção da Infraestrutura da Concessão
A redução representa que no exercício de 2023 houve a conclusão do investimento previsto no projeto, acrescido de margem de construção e PIS/COFINS, desta forma alcançando 99,00% de investimento total previsto da obra.

	Nota	2023	2022
20 Custo de construção da infraestrutura da concessão e custo da operação			
20.1 Custo de construção da infraestrutura da concessão			
Terrenos		1.124	1.256
Edificações, obras civis e benfeitorias			58.156
Máquinas e equipamentos		9.490	8.217
Móveis e utensílios		840	210
Gastos ambientais			386
Juros capitalizados			167.859
Outros		84	(161.390)
	10	11.538	74.694

	Nota	2023	2022
20.2 Custo da operação			
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	21.2	1.654	1.288
Material		394	172
Serviços de terceiros	21.3	11.939	3.233
Depreciação - Ativos de direito de uso		97	
Amortização		42	42
Arrendamentos e aluguéis		819	310
Outras		(876)	139
Total		14.069	5.184

21 Despesas e Receitas operacionais
As Despesas e receitas operacionais são reconhecidas e mensuradas: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de PIS e COFINS, quando aplicável; (ii) com base na associação direta da receita; e (iii) quando não resultarem em benefícios econômicos futuros.
Conforme requerido no artigo 187 da Lei nº 6.404/76, a Companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração do Resultado por função, ou seja, os gastos são segregados entre custos e despesas conforme sua origem e função desempenhada na Companhia.
Na segregação entre custos e despesas, são considerados os seguintes critérios: (i) Custos: contemplam os gastos diretamente vinculados à prestação do serviço; e (ii) Despesas operacionais: são os gastos relacionados à administração da Companhia representando diversas atividades gerais atribuíveis às fases do negócio tais como pessoal administrativo, remuneração da administração, e provisões judiciais, regulatórias e administrativas.
Segue abaixo o detalhamento das despesas e receitas operacionais, de acordo com a sua natureza, conforme requerido pelo CPC 26 (R1):

	Despesas operacionais					
	2023			2022		
	Gerais e			Gerais e		
	Nota	Administrati- vas	Outras	Administrati- vas	Outras	Total
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	21.2	2.017	2.017	3.325		3.325
Material		110	110	58		58
Serviços de terceiros	21.3	722	722	1.427		1.427
Depreciação - Ativos de direito de uso				92		92
Amortização		14	14			-
Provisões cíveis			2		(252)	(252)
Arrendamentos e aluguéis			-	74		74
Outras	21.1	70.151	70.151	202		202
Total		2.863	70.153	5.178	(252)	4.926

21.1 Outros
Do montante de R\$70.151, R\$69.920 refere-se ao ajuste realizado no ativo da concessão com base na atualização da Receita Anual Permitida (RAP), conforme estabelecido na Resolução Homologatória - REH nº 3.205 (Nota 4.2).

	2023	2022
Pessoal		
Remuneração	1.949	2.108
Encargos	687	745
Previdência privada - Corrente	62	77
Programa de demissão voluntária		36
Despesas rescisórias		152
Participação nos Lucros e Resultados - PLR		216
Outros benefícios - Corrente		138
(-) Créditos de tributos recuperáveis		574
Outros		(27)
	4	5
	3.539	4.289
Administradores		
Honorários e encargos	(8)	190
Benefícios dos administradores		140
		132
		36.71
		4.613

	Nota	2023	2022
21.3 Serviços de terceiros			
Serviços de consultoria		756	680
Serviços de manutenção	21.3.1	10.339	1.992
Serviços de limpeza e vigilância			25
Serviços ambientais		101	
Serviços de informática		349	85
Serviços de publicação e publicidade		172	125
Serviços de telecomunicações		488	
Serviços de transporte		303	150
Serviços Compartilhados		917	986
(-) Crédito de PIS/COFINS		(955)	
Outros		191	617
		12.661	4.660

21.3.1 Serviços de manutenção
Refere-se aos gastos com limpeza, conservação, manutenção de faixas e recuperação de trechos e acessos degradados durante a fase de construção.

	Nota	2023	2022
22 Resultado Financeiro			
Receitas financeiras			
Juros e variações monetárias			
Renda de aplicações financeiras	5	10.898	15.144
Depósitos judiciais		3.010	2.622
Juros e multa sobre tributos	7	3	631
Outros juros e variações monetárias		2.199	
(-) Tributos sobre Receitas financeiras		(636)	(922)
Outras receitas financeiras		82	155
		15.556	17.630
Despesas financeiras			
Encargos de dívida			
Empréstimos e financiamentos	16.2	(19.629)	(28.979)
Debêntures	15.2	(179.971)	(181.361)
Juros e multa sobre tributos	7	(22)	(1)
Provisões cíveis	17.1.1	(6.826)	(8.070)
Arrendamentos e aluguéis		(89)	(94)
Outros juros e variações monetárias		(1.854)	(1.243)
Outras despesas financeiras		(913)	(571)
		(209.304)	(220.319)
		(193.748)	(202.689)

23 Impostos de renda e Contribuição social
O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente (15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240 anuais). A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), por meio da aplicação da alíquota de 9%. Ambos consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real, quando aplicável.
As despesas com Imposto de renda e Contribuição social compreendem os impostos correntes e diferidos, sendo reconhecidos no resultado exceto aqueles que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no Patrimônio líquido.

	2023	2022
Lucro antes dos tributos sobre o Lucro	119.569	214.272
Alíquota	34%	34%
IRPJ e CSLL	(40.653)	(72.852)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva		
IRPJ e CSLL sobre adições e exclusões permanentes		
Juros sobre o capital próprio	9.599	6.732
Outros		
IRPJ e CSLL diferidos não reconhecidos	189	
Outras	(38)	(37)
Despesa de IRPJ e CSLL	(30.903)	(66.157)
Alíquota efetiva	25,85%	30,88%

24 Resultado por ação
O resultado básico por ação da Companhia é calculado pela divisão do resultado atribuível aos titulares de ações ordinárias da Companhia pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas.
A Companhia não operou com instrumentos financeiros passivos conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito diluível ou antilíuível sobre o resultado por ação do exercício. Dessa forma, o resultado "básico" por ação que foi apurado para o exercício é igual ao resultado "diluído" por ação segundo os requerimentos do CPC 41.

	2023	2022
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas	88.666	148.115
Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas controladores (mil)	33.001	33.001
Resultado básico e diluído por ações (reais/ação)	2,68677	4,48820

25 Instrumentos financeiros e Gestão de riscos
A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é efetuada por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc.), a qual é reportada regularmente por meio de relatórios de risco disponibilizados à Administração.
Em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, e com base nas análises periódicas consubstanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas comparadas às condições vigentes no mercado por meio de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.
A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam efetuadas com a devida segregação de funções.

25.1 Instrumentos financeiros
Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.
Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.
Instrumentos financeiros são baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, a certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação.
A baixa pode acontecer em função de cancelamento, pagamento, recebimento, transferência ou quando os títulos expirarem.

25.1.1 Classificação dos instrumentos financeiros
Segue abaixo a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros da Companhia:

					Valor Justo		Valor Contábil	
			Nota	Níveis	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ativos Financeiros								
Valor justo por meio do resultado								
No reconhecimento inicial ou subsequentemente								
Aplicações financeiras	5	Nível 2			83.733	56.637	83.733	56.637
					83.733	56.637	83.733	56.637
Custo amortizado								
Caixa e equivalentes de caixa	5							
Bancos conta movimento		Nível 2			9.475	477	9.475	477
Disponibilidade da rede elétrica	6	Nível 2			31.266	32.854	31.266	32.854
					40.741	33.331	40.741	33.331
					124.474	89.968	124.474	89.968
Total								
Passivos Financeiros								
Valor justo por meio do resultado								
No reconhecimento inicial ou subsequentemente								
Custo amortizado								
Fornecedores	13	Nível 2			24.714	1.993	24.714	1.993
Debêntures	15	Nível 2			1.461.222	1.368.250	1.601.590	1.606.719
Empréstimos e financiamentos	16							
Contratos de mútuo		Nível 2			155.458	155.563	155.458	155.563
Outras contas a pagar - Partes relacionadas	9	Nível 2			294	338	294	338
Arrendamentos e aluguéis		Nível 2			743	896	751	869
Licenças ambientais	17.2	Nível 2			10.149	16.062	10.095	16.210
					1.652.580	1.543.102	1.792.902	1.781.692
Total								

25.1.1.1 Ativos financeiros
Na análise para a classificação dos ativos financeiros a Companhia avalia os seguintes aspectos: (i) o modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros; e (ii) as características do fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, os ativos financeiros são classificados e mensurados conforme descrito abaixo:

• **Custo amortizado**
Se a Companhia, conforme seu modelo de negócio, possui a intenção de manter o ativo financeiro para receber fluxos de caixa contratuais e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.
• **Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)**
Se a Companhia, conforme seu modelo de negócio, possui a intenção de receber os fluxos de caixa contratuais, tanto pela manutenção quanto pela venda do ativo financeiro, e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.
• **Valor justo por meio do resultado (VJR)**
Se a Companhia possui um ativo financeiro que não se enquadra na classificação de custo amortizado ou VJORA ou quando a Companhia desejar eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes.

25.1.1.2 Passivos financeiros
Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, como regra geral, os passivos financeiros são classificados e mensurados como custo amortizado.

Os passivos financeiros apenas serão classificados como VJR se forem: (i) derivativos; (ii) passivos financeiros decorrentes de ativos financeiros transferidos que não se qualificaram para desreconhecimento; (iii) contratos de garantia financeira; (iv) compromissos de conceder empréstimo em taxa de juros abaixo do praticado no mercado; e (v) contraprestação contingente reconhecida por adquirente em combinação de negócios.

A Companhia também poderá classificar um passivo financeiro como VJR quando: (i) a Companhia desejar eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes; ou (ii) o desempenho de um passivo financeiro é avaliado com base no seu valor justo de acordo com uma estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento fornecidas internamente pela Administração da Companhia.

25.1.2 Valor justo
Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.
Para apuração do valor justo, a Companhia projeta os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, inclusive para taxas pós-fixadas, e utiliza como taxa de desconto o Depósito Interbancário - DI futuro divulgado pela B3, exceto quando outra taxa for indicada na descrição das premissas para o cálculo do valor justo, e considerando também o risco de crédito próprio da Companhia e da Contraparte, de acordo com o CPC 46. Este procedimento pode resultar em um valor contábil diferente do seu valor justo principalmente em virtude dos instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares.
As operações com instrumentos financeiros da Companhia que apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo são decorrentes do fato destes instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.
Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado das Debêntures, Arrendamentos e aluguéis e Licenças ambientais diferem do seu valor contábil.

As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos dos instrumentos financeiros, que diferem do valor contábil, são divulgadas a seguir levando em consideração os prazos e relevância de cada instrumento financeiro:

(i) Debêntures: são mensurados por meio de modelo de precificação aplicado individualmente para cada transação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto, incluindo o risco de crédito;

(ii) Arrendamentos e aluguéis: consiste nos contratos, ou parte dos contratos, que transfere o direito de usar um ativo subjacente por um período de tempo em troca de contraprestação, conforme CPC 06 (R2). O saldo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente pela taxa que corresponde o custo de financiamento na contratação dos ativos alugados; e

(iii) Licenças ambientais: é concedida pelo órgão ambiental para autorizar a operação ou descomissionamento do empreendimento ou atividade, com o estabelecimento de condicionantes e a autorização para a execução de planos, programas e projetos de prevenção, mitigação, recuperação, restauração e compensação de impactos ambientais. O saldo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente pela taxa que corresponde ao custo médio de capital (WACC) atual do Grupo EDP - Energias do Brasil.

25.1.2.1 Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros
A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:

(a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
(b) Nível 2 - preços diferentes dos negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e
(c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, classificados como valor

...continuação

EDP Transmissão SP-MG S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

25.2.1.1 Análise de sensibilidade										
A Companhia efetua a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros.										
A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.										
No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.										
Operação	Risco	Saldo da exposição	Aging cenário provável			Cenário (I) Provável	Cenário (II) Aumento do risco em 25%	Cenário (III) Aumento do risco em 50%	Cenário (IV) Redução do risco em 25%	Cenário (V) Redução do risco em 50%
			Até 1 ano	2 a 5 anos	Acima de 5 anos					
Aplicação financeira - CDB	CDI	83.733	7.066			90.799	1.760	3.518	(1.762)	(3.527)
Instrumentos financeiros ativos										
Empréstimos e financiamentos - Mútuo	CDI	(155.458)	(14.066)	(28.929)		(198.453)	(11.814)	(24.068)	11.381	22.335
Instrumentos financeiros passivos										
	CDI	(155.458)	(14.066)	(28.929)		(198.453)	(11.814)	(24.068)	11.381	22.335
		(71.725)	(7.000)	(28.929)		(107.654)	(10.054)	(20.550)	9.619	18.808
Debêntures	IPCA	(1.661.866)	(148.707)	(469.552)	(763.514)	(3.043.639)	(224.730)	(472.579)	203.954	389.225
Instrumentos financeiros passivos										
	IPCA	(1.661.866)	(148.707)	(469.552)	(763.514)	(3.043.639)	(224.730)	(472.579)	203.954	389.225
As curvas futuras dos indicadores financeiros CDI e IPCA estão em acordo com o projetado pelo mercado e alinhadas com a expectativa da Administração da Companhia.										

As curvas futuras dos indicadores financeiros CDI e IPCA estão em acordo com o projetado pelo mercado e alinhadas com a expectativa da Administração da Companhia.

Os indicadores tiveram seus intervalos conforme apresentado a seguir: CDI entre 8,0% e 11,7% a.a. e IPCA entre 3,6% e 8,7% a.a.

25.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre as debêntures e empréstimos captados pela Companhia são apresentados nas notas 15 e 16. Quando necessário, a Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibitem sua alavancagem operacional. Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia estão demonstrados nas rubricas: (i) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5), sendo o Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e os Equivalentes de caixa correspondentes às aplicações financeiras de liquidez imediata que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa; e (ii) Ativos da concessão (Nota 10) cujo saldo apresentado corresponde ao valor a receber do Poder Concedente ou dos usuários da linha de transmissão a partir da entrada em operação da linha de transmissão.

A Companhia também gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2023, incluindo principal e juros, considerando a data mais próxima em que a Companhia espera liquidar as respectivas obrigações.

31/12/2023								31/12/2022
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	AVP	Total	Total
Passivos financeiros								
Fornecedores	24.432	282		294			24.714	1.993
Outras contas a pagar - Partes relacionadas				294			294	338
Debêntures	43.798		40.634	336.653	1.180.505		1.601.590	1.606.719
Empréstimos e financiamentos				155.458			155.458	155.563
Arrendamentos e aluguéis	13	13	136	654	314	(379)	751	869
Licenças ambientais	463	1.318	4.081	3.746	1.714	(1.227)	10.095	16.210
	68.706	1.613	44.851	496.805	1.182.533	(1.606)	1.792.902	1.781.692

25.2.3 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está principalmente relacionada às rubricas abaixo:

• Caixa e Equivalentes de caixa

A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base em políticas corporativas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.

As decisões sobre aplicações financeiras também são orientadas pela mesma política citada acima, estabelecendo condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o *rating* do banco e o montante total das aplicações da Companhia, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas.

A Companhia opera apenas com instituições financeiras cuja classificação de risco seja no mínimo A na agência Fitch Ratings (ou equivalente para as agências Moody's ou Standard & Poor's). Segue abaixo os montantes de aplicações financeiras segregadas por classificação de riscos:

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Classificação da instituição financeira			
AAA		78.088	48.600
AA		5.645	8.037
	5	83.733	56.637

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos de crédito significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

25.2.4 Riscos regulatórios

As atividades da Companhia são regulamentadas e fiscalizadas por agências reguladoras (ANEEL, ARSESP) e demais órgãos relacionados ao setor (MME, CCEE, EPE, ONS etc.). A Companhia tem o compromisso de estar em conformidade com todos os regulamentos expedidos, sendo assim, qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.

A mitigação dos riscos regulatórios é realizada por meio do monitoramento dos cenários que envolvem o negócio. Adicionalmente, a Companhia atua na discussão dos temas de seu interesse disponibilizando estudos, teses e experiências aos públicos formadores de opinião.

25.2.5 Riscos ambientais

As atividades da Companhia podem causar impactos negativos significativos ao meio ambiente. Tendo isso em vista, a Controladora, em seus diversos segmentos de atuação, trabalha com respeito ao meio ambiente e estabelece compromissos relativos à melhoria contínua da gestão ambiental, visando prevenir, mitigar e, quando necessário, recuperar e compensar os impactos de suas operações.

Essa conduta é norteada: (i) pela legislação vigente, que impõe àquele que direta ou indiretamente causar degradação ambiental o dever de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados; e (ii) pela Política de Meio Ambiente da Controladora, que é aplicável a todas as suas unidades de negócio e que reforça a obrigatoriedade de atendimento aos requisitos legais aplicáveis, além do compromisso com a gestão dos riscos ambientais, disseminação do conhecimento sobre o uso eficiente dos recursos naturais e contribuição com as melhores práticas na cadeia de valor.

25.2.6 Risco de construção e desenvolvimento da infraestrutura

A Companhia poderá incorrer em riscos inerentes à atividade de construção e atrasos na execução da obra que poderão resultar em perdas na recuperação do Ativo da Concessão, custos não previstos e/ou penalidades.

Os atrasos de construção de novas instalações podem estar ligados ao fato da Companhia depender de terceiros para fornecer os equipamentos utilizados em suas instalações e, por isso, estar sujeita a aumentos de preços e falhas por parte de tais fornecedores, como atrasos na entrega dos equipamentos ou entrega dos equipamentos avariados. Tais falhas poderão prejudicar as atividades, gerar penalidades regulatórias e ter efeito adverso relevante nos resultados da Companhia.

Caso algum fornecedor descontinue a produção ou interrompa a venda de quaisquer dos equipamentos adquiridos pela Companhia, esta poderá não ser capaz de adquirir tal equipamento com outros fornecedores. Nesse caso, a prestação de serviços de transmissão de energia elétrica pela Companhia poderá ser afetada de forma relevante, e a Companhia poderá ser obrigada a realizar investimentos não previstos, a fim de desenvolver ou custear o desenvolvimento de nova tecnologia para substituir o equipamento indisponível, o que poderá impactar de forma negativa a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia.

Visando mitigar este risco a Companhia adota, no momento da contratação dos fornecedores, uma série de garantias, tais como: adiantamentos, cumprimento de *performance*, garantia técnica, seguro de engenharia global e seguro de responsabilidade civil. Adicionalmente, a Companhia procura a diversificação dos seus fornecedores, sendo que o maior não represente mais do que 40% do investimento previsto, além de fazer avaliações internas de *Compliance*.

25.2.7 Risco técnico

A infraestrutura da Companhia é dimensionada de acordo com as orientações técnicas impostas por normas nacionais e internacionais. Ainda assim, algum evento de caso fortuito ou força maior pode causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nestes casos, os custos necessários para a realocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia, ainda que eventuais indisponibilidades de suas instalações de transmissão não gerem redução das receitas (Parcela Variável).

Para tanto, a Companhia contratou seguro de Risco de responsabilidade civil - Engenharia, visando cobrir qualquer erro decorrente do projeto ou da execução do mesmo (Nota 28).

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

João Manuel Veríssimo Marques da Cruz Presidente	Luiz Otavio Assis Henriques Vice-Presidente	Carlos Emanuel Baptista Andrade Conselheiro	Henrique Manoel Marques Faria Lima Freire Conselheiro
---	--	--	--

DIRETORIA EXECUTIVA

Luiz Otavio Assis Henriques Diretor-Presidente	José Gleyson Fernandes Silva Diretor Administrativo e Financeiro	Júlio César de Andrade Diretor	Lourival Teixeira dos Santos Sobrinho Diretor Técnico
---	---	-----------------------------------	--

CONTABILIDADE

Leandro Carron Rigamonte Diretor de Contabilidade, Tributos e Gestão de Ativos (Corporativo)	Carla Renata Baptista Contadora - CRC 1SP328362/O-5
---	--

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas
EDP Transmissão SP-MG S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da EDP Transmissão SP-MG S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

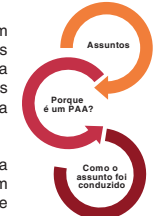
Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Mensuração dos Ativos da Concessão (Nota 10) Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía registrado em suas demonstrações financeiras o montante de R\$ 2.682.885 mil referente aos ativos de concessão no âmbito do CPC 47 - Receita de contrato com cliente do pronunciamento técnico CPC 47/IFRS 15, bem como a avaliação do (IFRS 15 - Revenue from contract with customer) relacionados aos investimentos realizados na infraestrutura das linhas de transmissão acrescidos da margem de construção e da remuneração financeira, os quais requerem elevado grau de julgamento para avaliação do reconhecimento e mensuração dos montantes apresentados. Esse assunto foi considerado como significativo para a nossa auditoria, tendo em vista a relevância dos saldos envolvidos e o alto grau de julgamento e complexidade dos cálculos. A mensuração em relação ao cumprimento das obrigações de performance satisfetidas ao longo do tempo, requerem a utilização de estimativas e julgamentos significativos pela Administração para estimar os esforços necessários para o cumprimento dessas obrigações, tais como as margens de lucros esperadas em cada obrigação de performance identificada separadamente e as projeções das receitas fixas e variáveis esperadas para essas obrigações de desempenho.	Nossa abordagem de auditoria considerou, entre outros, a análise das políticas contábeis da Administração em comparação com os requerimentos do pronunciamento técnico CPC 47/IFRS 15, bem como a avaliação do desenho dos controles internos chave da Companhia relacionados ao processo de construção do ativo de contrato. Efetuamos leitura dos contratos de concessão e seus aditivos (quando aplicável), testamos o cálculo dos valores alocados ao ativo de contrato de concessão, com base nas obrigações de performance previstas contratualmente e nos aspectos relacionados aos componentes variáveis aplicáveis ao preço do contrato. Adicionalmente, analisamos as premissas utilizadas na mensuração do ativo de contrato de concessão em discussão com a Administração da Companhia e realizamos testes de inspeção documental do custo de construção no processo de construção do ativo de contrato. Também avaliamos as divulgações efetuadas pela Administração nas demonstrações financeiras. Consideramos que a mensuração e classificação do ativo de contrato de concessão, realizadas pela Companhia, assim como as respectivas divulgações feitas em notas explicativas, são razoáveis e estão consistentes com os dados e informações obtidas em nossa auditoria.



25.2.8 Gestão de capital

Os objetivos da Administração ao administrar o capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo e manter a liquidez financeira adequada.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, o Grupo EDP - Energias do Brasil pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas, emitir novas ações, fazer novos financiamentos ou refinanciar as dívidas existentes.

	31/12/2023	31/12/2022
Total dos empréstimos e debêntures	1.757.048	1.762.282
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(93.208)	(57.114)
Dívida líquida	1.663.840	1.705.168
Total do Patrimônio Líquido	459.754	399.319
Total do capital	2.123.594	2.104.487
Índice de alavancagem financeira - %	78,35%	81,03%

26 Demonstrações dos Fluxos de Caixa

26.1 Atividades de financiamento

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstrações dos Fluxos de Caixa, segue abaixo as mudanças ocorridas nos ativos e passivos decorrentes das atividades de financiamento, incluindo os ajustes para conciliar o lucro:

2023							
	Nota	Saldo em 31/12/2022	Efeito caixa	Efeito não caixa			
				Variação monetária e cambial	Ajuste a valor de mercado/ presente	Adições/ baixas	Saldo em 31/12/2023
Aumento (diminuição) de passivos financiamento							
Dividendos	14	37.029	(37.029)			23.996	23.996
Debêntures	15	1.606.719	(185.100)	50.561		129.410	1.601.590
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	16	155.563	(19.734)			19.629	155.458
Arrendamentos e aluguéis		869	(164)		89	(43)	751
		1.800.180	(242.027)	50.561	89	172.992	1.781.795

2022						
	Efeito não caixa					
	Saldo em 31/12/2021	Efeito caixa	Variação monetária e cambial	Ajuste a valor de mercado/ presente	Adições/ baixas	Saldo em 31/12/2022
Aumento (diminuição) de passivos financiamento						
Dividendos	33.598	(33.598)			37.029	37.029
Debêntures	1.521.064	(95.706)	59.356		122.005	1.606.719
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	216.606	(90.022)			28.979	155.563
Arrendamentos e aluguéis	463	(148)		94	460	869
	1.771.731	(219.474)	59.356	94	188.473	1.800.180

26.2 Transações não envolvendo caixa

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstrações dos Fluxos de Caixa, as transações de investimento e financiamento que não envolveram o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa.

Todas as atividades de investimento e financiamento que não envolveram movimentação de caixa e, portanto, não estão refletidas em nenhuma rubrica da demonstração do fluxo de caixa, estão demonstradas abaixo:

	2023	2022
Constituição de dividendos e JSCP a pagar	23.996	37.029
Capitalização no Intangível nos Ativos da concessão relativo a contingências	2.749	(338)
Constituição de arrendamentos e aluguéis no Imobilizado	(43)	460
Provisão de fornecedores dos ativos de concessão		345
Total	26.702	37.496

27 Compromissos contratuais e Garantias

27.1 Compromissos contratuais

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia apresenta os compromissos contratuais, não reconhecidos nas demonstrações financeiras, apresentados por maturidade de vencimento.

Os materiais e serviços incluem, essencialmente, responsabilidades relacionadas com contratos de longo prazo relativos ao fornecimento de produtos e serviços vinculados à construção da linha de transmissão.

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia, atualizados com as respectivas taxas projetadas e ajustados ao valor presente pela taxa que corresponde o custo médio de capital (WACC) da Companhia.

	2024	2025 e 2026	31/12/2023 2027 e 2028	A partir de 2029	Total geral	31/12/2022 Total geral
Responsabilidades com locações operacionais	172				172	
Obrigações de compra						
Encargos de conexão e transporte de energia	24	44			68	1
Materiais e serviços	10.635	6.748	1.407	1.996	20.786	29.737
Juros Vincendos de Empréstimos e Financiamentos	162.773	241.274	181.412	434.785	1.020.244	725.832
	173.604	248.066	182.819	436.781	1.041.270	755.570

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem os mesmos compromissos contratuais demonstrados acima, todavia, estão atualizados com as respectivas taxas na data-base de 31 de dezembro de 2023, ou seja, sem projeção dos índices de correção, e não estão ajustados a valor presente.

	2024	2025 e 2026	31/12/2023 2027 e 2028	A partir de 2029	Total geral	31/12/2022 Total geral
Responsabilidades com locações operacionais	167				167	
Obrigações de compra						
Encargos de conexão e transporte de energia	24	47			71	1
Materiais e serviços	10.313	7.139	1.736	3.015	22.203	35.382
Juros Vincendos de Empréstimos e Financiamentos	155.843	274.171	228.848	710.638	1.369.500	1.213.352
	166.347	281.357	230.584	713.653	1.391.941	1.248.735

28 Cobertura de seguros

A Companhia mantém apólices de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas e regidas por norma de contratação e manutenção de seguros aprovado pela Diretoria do Grupo EDP - Energias do Brasil. A contratação de seguros leva em consideração a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas sobre seus ativos e responsabilidades.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da revisão das demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram analisadas pelos auditores independentes. Os principais valores em risco com coberturas de seguros são:

	31/12/2023		31/12/2022	
	Valor em risco	Limite máximo de indenização	Valor em risco	Limite máximo de indenização
Subestações	67.720	100.000	67.720	100.000
Responsabilidade civil		50.000		50.000
Seguro de vida	791	(*)	1.457	(*)

(*) O valor de indenização será de 24 vezes o salário do colaborador, sendo o limite máximo de R\$581 até o cargo de diretor. Para os cargos de vice-presidente e presidente o limite máximo é de R\$1.452.

O seguro de Responsabilidade Civil - Engenharia possui como segurado a Companhia e os respectivos contratos e subcontratos que estão operando no site da obra.

A EDP - Energias do Brasil possui cobertura de Responsabilidade Civil, estendida para a Companhia, com os limites conforme apresentados abaixo: